

O Brasil arcaico, racista, escravocrata, misógino e patriarcal que agrediu Marina

Jeferson Miola

29/05/2025

Com as decisões das últimas semanas, deputados e senadores fizeram jus à pesquisa AtlasIntel de fevereiro passado que mostrou a baixíssima credibilidade do Congresso Nacional: 82% da população não confia neles.



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

Primeiro, 265 deputados assinaram requerimento para a votação em caráter de urgência do Projeto da Impunidade dos golpistas para livrar da cadeia Bolsonaro e comparsas civis e fardados, dentre eles ex-comandantes das Forças Armadas e ex-integrantes do Alto Comando do Exército.

Depois, em mais uma prova de desprezo pela legalidade, e com a assombrosa maioria de 315 deputados, quórum suficiente para mudar a Constituição, a Câmara aprovou uma resolução para trancar no STF o julgamento dos co-réus de Alexandre Ramagem na ação penal da trama golpista.

Não bastassem essas barbaridades, Suas Excelências decidiram ir ainda mais longe e criaram 18 novos mandatos na Câmara, que passará dos atuais 513 deputados para 531. A partir de agora, o céu será o limite: a cada perda de vagas dos estados em consequência do censo demográfico, aplicarão a fórmula mágica de aumentar a malta.

Entre emendas impositivas de cada deputado, mais salários, cotas de gabinete e auxílios, a ampliação representará um gasto adicional de R\$ 4,5 bilhões de reais a cada legislatura. Afora, claro, o efeito cascata da medida para os legislativos estaduais e municipais.

Saltando de um grande absurdo a outro ainda maior, também nessas últimas semanas o Conselho de Ética da Câmara aprovou a cassação do deputado Glauber Braga.

O caso vai entrar na história dos maiores absurdos do Congresso Nacional, porque se sabe que esta cassação não tem fundamento legal; é um ato de vingança pessoal do ex-todo-poderoso chefe do esquema corrupto do orçamento secreto.

Qualquer ser humano dotado com a mínima razoabilidade duvidaria da possibilidade de algum parlamento de qualquer republiqueta do mundo descer ainda mais baixo no esgoto político.

Pura ilusão, no entanto. O Senado mostrou que no fundo do poço sempre tem uma pá, e que se pode cavar ainda mais fundo no abismo.

E então, em mais um ataque bárbaro ao que ainda resta do arcabouço jurídico-ambiental do Brasil, os predadores aprovaram o Projeto de Lei da Devastação, que cria uma realidade grave de insegurança social, humana, econômica e ambiental no país.

E, menos de uma semana depois, agindo como uma horda assassina com ânsia de dizimar toda e qualquer forma de civilidade e dignidade humana, os senadores patrocinaram uma sessão grotesca de agressão à ministra Marina Silva.

O ocorrido neste 27 de maio de 2025 entra para a história nacional como o dia da afirmação do Brasil arcaico, racista, escravocrata, misógino, machista e patriarcal.

O que se viu foi uma brutalidade horrorosa, com a prática de violência política de gênero descrita nos manuais de misoginia. Os “senhores do engenho”, expoentes do arcaísmo, atacaram Marina com fúria, como uma malta ensandecida.

Os covardes se deram mal, pois se depararam com uma mulher guerreira, imbuída do espírito dos animais e dos povos originários da Floresta, secularmente acostumados a resistir a agressores, predadores e facínoras.

A solidão da Marina em meio àquela matilha babando de raiva e ódio, que não foi socorrida e amparada por nenhuma liderança do governo no Senado, dignifica ainda mais a coragem e a têmpera desta lutadora imprescindível da luta pela vida dos seres humanos e da natureza.

O terrível nisso tudo é saber que este episódio não significa o ponto máximo da barbárie que este Congresso calhorda é capaz de produzir. Deputados e senadores –não só da ultradireita, mas inclusive da base do governo– sempre se superam nas práticas dantescas.

Diante de todos esses e de tantos outros descabros, cabe perguntar: que Congresso é esse, que protege parlamentares homofóbicos, transfóbicos, agressores de mulheres, homicidas, corruptos, golpistas e depravadores da natureza, mas cassa deputado que defende a mãe ofendida por um fascista provocador do MBL?

Esse é o mesmo Congresso que preserva privilégios tributários, favores fiscais e regalias a empresas e igrejas fundamentalistas, mas resiste a acabar com a jornada 6×1 e reluta a taxar 144.200 super-ricos, os 0,06% que ganham mais de 1 milhão de reais, para compensar a isenção de 20 milhões de contribuintes que ganham até cinco mil reais por mês.

O Congresso brasileiro é uma instância capturada por maiorias eleitas através do poder do capital, do rentismo e sua mídia; pelo fundamentalismo religioso, pela força do arcaísmo agropecuário, do complexo policial-militar e outras forças reacionárias e conservadoras.

Nos últimos anos proliferaram no Congresso Nacional várias bancadas temáticas que reúnem o chorume fascista: do agro, da bíblia, da bola, da bala, do nacíturno etc, que se unem no propósito de impedir avanços e de promover retrocessos humanos, econômicos, ambientais e civilizatórios.

Com as emendas impositivas e o orçamento secreto –idiosincrasia genuinamente brasileira que não existe em nenhum outro Parlamento do mundo, nem mesmo em sistemas parlamentaristas–, o Congresso institucionalizou a corrupção e o assalto aos orçamentos e aos fundos públicos da União.

Não é difícil entender porque a população sente nojo deste Congresso que enlameia a política e a imagem dos políticos. É um Congresso à imagem e semelhança das oligarquias dominantes do Brasil – patriarcais, escravocratas, misóginas, racistas e machistas.

Jeferson Miola é analista político.

Originalmente publicado em seu [blog](#).

* Texto ampliado do artigo “Que Congresso é esse?” edição nº 55 do [Grifo, jornal de política e humor](#).

Compartilhe nas redes: